

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.997 - MG (2019/0293187-6)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **MUNICÍPIO DE POMPÉU**
ADVOGADOS : **REINALDO BELLI DE SOUZA ALVES COSTA - MG190000**
ADRIANNA BELLI PEREIRA DE SOUZA E OUTRO(S) -
MG0054000
RECORRIDO : **ROSIMEIRE DA SILVA ROCHA**
ADVOGADO : **LEONARDO CARRARO POUBEL - MG113609**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO CONFIGURAÇÃO. PENSÃO POR MORTE. COMPROVAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que não admitiu recurso especial do **MUNICÍPIO DE POMPÉU** fundado na alínea "a" do permissivo constitucional interposto contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - MUNICÍPIO DE POMPÉU - SERVIDOR PÚBLICO - PERCEPÇÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE - LEI MUNICIPAL 1.608/2008 - DESEMPENHO DE ATIVIDADES EM CONDIÇÕES INSALUBRES - LAUDO PERICIAL - COMPROVAÇÃO - PAGAMENTO DEVIDO. O artigo 39, § 2º, da Constituição Federal apenas estendeu aos servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios alguns dos direitos sociais. Fazyus o servidor público do Município de Pompéu ao recebimento dos valores a título de adicional de insalubridade em patamar máximo, devido ao grau de insalubridade comprovado por laudo, segundo a Lei Municipal 1.608/2008. Deve ser considerado como termo inicial da condenação a data em que entrou em vigor a lei municipal que passou a regular o pagamento do adicional de insalubridade.

Os embargos de declaração acolhidos parcialmente.

No recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos seguintes dispositivos:

(a) arts. 489, §1º, IV, VI e 1.022 do CPC/2015 alegando negativa de prestação jurisdicional;

(b) art. 473 do CPC/2015, aduzindo que "... não fora efetivamente analisado o método utilizado pelo perito, haja vista que mediante uma análise mais aprofundada concluir-se-ia que o mesmo não se mostrou suficiente para ensejar a condenação do ente munícipe. Com efeito, verifica-se que o laudo padece de efetiva contrariedade e que tampouco demonstrou cabalmente que a autora esteve continuamente exposta a agentes nocivos para a caracterização da insalubridade acima dos limites de tolerância." (fl. 251 e-STJ)

Superior Tribunal de Justiça

Não houve contrarrazões.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

A pretensão não merece acolhida.

A alegada ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 não merece prosperar, pois o tribunal de origem já havia se manifestado de forma clara e fundamentada sobre alegação a insurgência da recorrente.

Ademais, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia (EDcl no AgRg no AREsp 195.246/BA, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 04/02/2014).

Prosseguindo, o Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assentou que:

Cinge-se a controvérsia acerca da possibilidade de se deferir a Rosemeire da Silva Rocha o adicional de insalubridade no seu grau máximo, correspondente a 40%(quarenta por cento) sobre o vencimento básico, desde o mês de janeiro de 2009, em virtude de sua atividade desempenhada.

Por sua vez, com relação ao adicional de insalubridade, tem-se que a Lei Estadual nº 10.745, de 1992, em seu art. 13, estabeleceu os critérios para o seu pagamento:

Art. 13. O servidor que habitualmente trabalhe em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de contágio, ou, ainda, que exerça atividade penosa fará jus, em cada caso, a adicional de insalubridade, de periculosidade ou a adicional por atividade penosa, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.

§ 1º O adicional de insalubridade será devido nos seguintes percentuais, em razão do grau de sujeição a ela, calculados sobre o valor do símbolo QP-15 do Anexo II do Quadro Permanente, de que trata o Decreto n. 16.409, de 10 de julho de 1974:

I - 10% (dez por cento);

II - 20% (vinte por cento);

III - 30% (trinta por cento).

Enfatiza-se que o adicional de insalubridade será pago em percentuais variáveis de acordo com o grau em que o servidor se encontra na carreira.

O superveniente Decreto 39.032/97 regulou a matéria:

"Art. 4º - O servidor submetido às condições de trabalho insalubre, perigoso ou penoso, faz jus à percepção do adicional a que se refere o artigo 13 da Lei nº 10.745, de 25 de março de 1992, observadas as normas deste Decreto.

Parágrafo único: A percepção do adicional de que trata este artigo terá início após a conclusão do laudo pericial previsto neste decreto".

Já a Lei Municipal nº 1.608/08 aplicável aos servidores públicos municipais estabelece, em sua redação original, o seguinte:

"Art. 11. Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos."

Superior Tribunal de Justiça

"Art. 12. O exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do vencimento básico do servidor, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo.

Art. 20. Esta lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009.

Destaca -se, porém, que para verificação da existência de insalubridade, bem como de seu grau, é necessária a realização de prova pericial de modo a atestar as condições supostamente nocivas á saúde.

[...]

No caso em análise, observa-se às fls.105/113,126 dos autos, que o Perito nomeado, após realizar visita ao local de trabalho da parte apelada e verificar as suas condições de trabalho laborais, acompanhar o desempenho de suas funções, analisar e estudar os documentos, normas e biografias pertinentes, concluiu com base na Portaria nº 3.214/1978 - NR-15 e seus anexos, bem como na Súmula nº 448 do TST, que as atividades da apelada se enquadram dentro daquelas consideradas insalubres e de grau máximo (40% sobre o salário mínimo), não havendo que se falar em desconsideração do laudo pericial.

Para a análise dos dispositivos tidos por violados, muito embora o recorrente suscite violação de legislação infraconstitucional, extrai-se da simples leitura da fundamentação do acórdão recorrido que, sobre a questão pertinente a compensação, esta foi decidida a partir da análise de legislação estadual, quais sejam, a Lei Estadual n. 10.745/1992, o Decreto Estadual 39.032/97 e a Lei Municipal n. 1.608/08, do Estado de Minas Gerais. Impossibilidade em sede de recuso especial de análise de lei local.

Ademais, o acolhimento das proposições recursais, em detrimento da conclusão do Tribunal de origem quanto ao laudo realizado pelo perito, como insurgência que se funda na verificação das provas produzidas nos autos e sua valoração, demanda inafastável incursão no universo fático-probatório. Cediço é, porém, que não pode este Superior Tribunal de Justiça atuar como terceira instância revisora ou tribunal de apelação reiterada, a teor do verbete da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015 c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator